



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i2.43092>

Os livros didáticos de Sociologia e os atravessamentos estruturais sociais na representação das mulheres

Sociology Textbooks and Social Structural Crossings in the Representation of Women

Los libros de texto de Sociología y los cruzamientos estructurales sociales en la representación de las mujeres

Camila Clozato Lara

Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí

Maria Rita Balena Zani

Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí

Ryan Marques Pereira Nunes

Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí

Resumo

O artigo apresenta uma pesquisa sobre a representação das mulheres nos livros didáticos da disciplina de sociologia utilizados no Ensino Médio. Registramos, compilamos e analisamos as menções textuais e registros visuais de dois livros (coleções de volume único), e discutimos os resultados da perspectiva de uma epistemologia feminista e interseccional. Embora as mulheres estejam presentes e sejam mais frequentes do que em livros de ciências naturais em comparação a outros estudos, alguns pontos relevantes foram observados, como a escassez de mulheres negras, ausência de mulheres indígenas e a circunscrição (parcial) das mulheres aos assuntos de gênero, encapsuladas em determinados capítulos. Essas ponderações podem apontar caminhos para o aperfeiçoamento dos materiais didáticos de uma disciplina tão relevante no contexto sócio-político como a Sociologia.

Palavras-chave: representação feminina; feminismos; diversidade; epistemologia feminista; ensino de Sociologia.



Abstract The article presents research on the representation of women in sociology textbooks used in high school. We recorded, compiled, and analyzed textual mentions and visual records from two single-volume collections, discussing the results from the perspective of feminist epistemology and intersectionality. While women are present and more frequent than in natural science books compared to other studies, some relevant points were observed, such as the scarcity of black women, the absence of indigenous women, and the (partial) confinement of women to gender-related topics encapsulated in certain chapters. These considerations may suggest pathways for improving educational materials in such a relevant discipline in the socio-political context as Sociology.

Keywords: female representation; Feminisms; diversity; feminist epistemology; teaching sociology.

Resumen El artículo presenta una investigación sobre la representación de las mujeres en los libros de texto de la disciplina de sociología utilizados en la Educación Secundaria. Registrando, compilando y analizando las menciones textuales y registros visuales de dos libros (colecciones de volumen único), discutimos los resultados desde la perspectiva de una epistemología feminista e interseccional. Aunque las mujeres están presentes y son más frecuentes que en los libros de ciencias naturales en comparación con otros estudios, se observaron algunos puntos relevantes, como la escasez de mujeres negras, la ausencia de mujeres indígenas y la circunscripción (parcial) de las mujeres a los temas de género, encapsuladas en determinados capítulos. Estas consideraciones pueden señalar caminos para la mejora de los materiales didácticos de una disciplina tan relevante en el contexto socio-político como la Sociología.

Palabras clave: representación femenina; Feminismos; diversidad; epistemología feminista; enseñanza de Sociología.

Recebido em 30-11-2023

Modificado em 29-03-2024

Aceito para publicação em 11-05-2024

Introdução

O livro didático é um objeto de estudo complexo que compreende conhecimentos técnico-científicos e informacionais de uma sociedade em um tempo histórico e espaço geográfico. Esse material didático carrega consigo aspectos de natureza não apenas pedagógica, mas também política, econômica e cultural. É possível apontar pelo menos quatro funções essenciais exercidas pelos livros didáticos: curricular, instrumental, cultural e documental (Choppin, 2004). Devido a essa multiplicidade semântica e funcional, e pela forte importância que esse material exerce na formação de jovens, o livro didático já foi vítima de sanções governamentais na história política brasileira (Nuñez *et al.* 2003). O Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, no governo de Getúlio Vargas, estabeleceu as condições de produção e utilização do livro didático. A lei chega a autorizar a censura, em passagens como a “Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso”. Ainda na contemporaneidade, a vigilância sob seu conteúdo e possíveis tendências ideológicas continua em destaque, a exemplo do movimento Escola sem Partido e outras manifestações autoritárias acerca da educação (discutido em Tommaselli, 2018). Fonseca (1999) apresenta o livro como parte importante da engrenagem de manutenção de certas visões de mundo: “O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos” (Fonseca, 1999:204).

Por ser, por vezes, um dos únicos materiais de aprendizagem através do qual crianças e adolescentes entram em contato com conteúdos escolares, especialmente em localidades com menor inclusão digital e maior precariedade, essas obras têm uma importância grande na formação das pessoas, e por isso devem estar constantemente em debate. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi criado em 1985, e desde então o Ministério da Educação (MEC) participou mais diretamente nas discussões sobre o livro escolar. O PNLD passou a avaliar e disponibilizar as obras didáticas, pedagógicas e literárias, além de materiais de apoio, de forma gratuita ao sistema público de ensino, conforme o Decreto nº 9099 de 18 de julho de 2017. Dessa forma, os livros didáticos passaram a assumir um papel importante na prática educativa, tanto como instrumento de trabalho docente quanto como objeto cultural.

Entretanto, os conteúdos abordados nos livros didáticos, bem como autores, teóricos e cientistas citados nas obras, não advêm de escolhas neutras, pois têm o viés cultural e a arbitrariedade de quem os escolheu para essa exposição. A epistemologia - natureza, origem, estrutura, métodos e validade do conhecimento - é também uma construção social e está resignada, geralmente, a uma narrativa dominante eurocêntrica que delimita *o que* deve ser conhecido, ocasionando uma estreiteza da perspectiva do conhecedor. Essa dominação produz uma relação desigual do saber, e é mantida como estratégia sob a roupagem da neutralidade e objetividade científicas. Intelectuais que constroem visões de mundo para além do padrão hegemônico ocidental questionam essa estratégia. Grada

Kilomba (2019), por exemplo, apodera-se e revigora o pensamento de Franz Fanon ao denunciar a construção falaciosa da inferioridade intelectual do povo negro construída como produto do colonialismo e da escravidão e mantida pelo racismo.

O pensamento feminista exposto por Haraway (1995) nos propõe que todos os saberes são localizados e, portanto, as perspectivas são parciais e a objetividade da suposta cientificidade neutra é colocada em questão:

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (Haraway, 1995:21).

A colonização dos saberes configurou a detenção do poder e da agência do conhecimento para um grupo específico, os homens brancos e ricos (Quijano, 2005). Nesse rastro, Anderson (2020) constrói a ideia de uma epistemologia feminista, que busca identificar os modos pelos quais as concepções dominantes e a prática de atribuição, aquisição e justificativa sistemática do conhecimento colocam em desvantagem as mulheres e outros grupos subordinados ao patriarcalismo. Essas são questões que percorrem características estruturantes da nossa sociedade, como o racismo e a misoginia. A disciplina de Sociologia provém formas de pensamento que contribuem justamente para a reflexão dessas questões.

A Sociologia é uma ciência que estuda a sociedade e sua estrutura nos sentidos culturais, econômicos e religiosos. Seu cerne passa justamente por proporcionar aos indivíduos, os jovens estudantes, o desenvolvimento de um senso crítico acerca da sociedade na qual participam. Não por acaso, os debates acalorados sobre as modificações curriculares na elaboração da nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC) suscitam a discussão sobre a carga horária e (há quem discuta) a relevância do conteúdo. A disciplina sofreu um hiato na história da educação brasileira, estando ausente do currículo por quase 40 anos, e voltou a ser obrigatória pela Lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008, mas sua permanência segue como uma luta. Por ser uma disciplina que estimula o olhar dos estudantes para as forças estruturantes que perfazem sua realidade e oportuniza o olhar para o outro, para o estranhamento, alteridade e empatia, os livros didáticos de sociologia têm a responsabilidade de priorizar a representação múltipla de seus agentes.

Tendo em vista a parcialidade de construção do conhecimento, os saberes localizados e a relevância do livro didático nesse contexto, neste trabalho analisamos a representatividade das mulheres nos livros didáticos da disciplina de Sociologia utilizados no Ensino Médio. Elaboramos uma metodologia qualitativa, baseada em um processo indutivo de análise, e outra quantitativa, para realizar uma coleta minuciosa de dados dos livros didáticos. Com os elementos estudados, pudemos averiguar marcadores sociais, explorar as formas e intenções de apresentação das mulheres e investigar qual o lugar que elas ocupam nessas produções.

A análise que nos propusemos a realizar parte do ponto de vista da questão de gênero e seus atravessamentos de uma perspectiva interseccional, buscando identificar a extensão da visibilidade das mulheres nos textos escolares.

Metodologia

A análise da presença e representação das mulheres foi realizada em dois livros utilizados na disciplina de Sociologia. As obras selecionadas são adotadas como apoio didático durante os três anos de Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí. O Ensino Médio nessa instituição é um curso técnico integrado às disciplinas da base comum. As obras são: *Sociologia para Jovens do Século XXI*, da Editora Imperial Novo Milênio, Volume Único (Oliveira & Costa, 2016) e *Sociologia em Movimento*, da Editora Moderna, 2ª edição (Silva *et al.*, 2016). A análise consistiu em registrar todas as ocorrências de mulheres nos livros estudados, seja através de menções no texto, seja através de fotografias. A coleção dos registros foi realizada a partir de adaptação de parte da metodologia proposta por Ludke e André (1986) em sua publicação *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. Na abordagem qualitativa, foram levados em consideração dois pontos essenciais, previamente descritos pelos autores Bodgan e Biklen (1982) no livro *A pesquisa qualitativa em educação*: (i) a predominância de dados descritivos no universo dos dados coletados e (ii) o processo indutivo da análise dos dados. O compilado das informações resgatadas dos livros de ciências foi registrado em tabelas contendo as seguintes informações: livro, autores, volume, editora, ano, registro e página, além de indicadores visuais e de relevância, para retratar a presença das mulheres. A fim de orientar a representação das menções e imagens nos dois conjuntos de dados, utilizamos as categorias empregadas por Sepúlveda (2021), que permite inferências sobre os discursos predominantes por trás da interpretação. Assim, os registros foram classificados pela relevância da menção no seu contexto, presença (visual ou escrita) da mulher, papel assinalado a ela (forma de tratamento, referência à sua contribuição), representação (se houver registro visual) e relevância histórica. Uma coluna de comentários também foi incluída de modo a situar o contexto no momento de análise. Finalizada a etapa de registros, foi realizada a dimensão quantitativa do trabalho, na qual foi estabelecida a contagem de menções de mulheres em relação a raça, origem geográfica e outras categorizações. Para a análise de raça e cor foi considerada a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: preto, pardo, branco, indígena e amarelo. Usamos o entendimento de que preto e pardo, cores de pele, integram a raça negra; por isso, ao determinarmos uma mulher citada no livro como “negra”, nos referimos a uma mulher preta ou parda. Na ausência da autoatribuição, como é a prática do IBGE, no nosso trabalho a determinação foi realizada pelos autores de acordo com pesquisas em buscas na internet para cada uma das mulheres citadas. O critério foi baseado no fenótipo e no contexto social, a depender do caso, pois as informações disponíveis sobre cada uma das pessoas mencionadas foram variáveis. Nos casos em que não pudemos encontrar informações a respeito da pessoa, os dados foram excluídos da análise. Nos casos de mulheres asiáticas citadas, consideramos como etnia/raça a categoria “asiática” e “indiana”, para cada um dos

casos. A categoria “amarela” foi utilizada para casos de mulheres brasileiras descendentes de asiáticos.

Com a intenção de inferir sobre a natureza da participação das mulheres nos livros, classificamos a aparição dos nomes citados ao seu vínculo no contexto. Aquelas cuja obra foi usada como cerne referencial à construção do texto, e cujas ideias são debatidas, foram categorizadas como “fundamento teórico”. Mulheres que aparecem como símbolos de luta, resistência e ativismo, ou que estão citadas por seu trabalho político e social, foram categorizadas como “referência social/política”. Mulheres famosas por seu trabalho artístico e cultural, como cantoras, escritoras e artistas, mencionadas em função disso, foram categorizadas como “figura cultural”. Menções no texto ou nas referências de trabalhos feitos por mulheres, ou comentários e entrevistas, que tem por objetivo complementar o sentido do conteúdo abordado, foram classificadas como “referências”. Por fim, mulheres cujas histórias pessoais são usadas como ilustração para um fato, ou aparecem de forma pontual, ligadas a um contexto mais específico, foram entendidas como “menções pontuais”. Muitas mulheres receberam mais de uma categorização, sendo estas cumulativas.

Algumas mulheres foram citadas diversas vezes e, para visualizar os nomes repetitivos que se destacaram, foi realizada uma construção gráfica através de nuvens de palavras, para a qual a ferramenta *online* gratuita WordCloud foi utilizada¹. O *input* dessa ferramenta foi obtido pela extração dos registros planilhados a partir dos livros. Nesta análise, os nomes mais frequentes nos dados aparecem em tamanho aumentado, destacadas entre as demais, que são dispostas em tamanhos e destaque gradativamente menores, coerente às suas frequências. Os gráficos resultantes foram demonstrados nos resultados.

É importante ponderar que o trabalho realizado e os resultados não têm uma finalidade comparativa entre os dois livros, tampouco estão sendo julgados pela qualidade do conteúdo. As análises e observações são reflexivas e buscam refletir sobre as relações de gênero e diversidade nos livros, além de apontar caminhos possíveis para os materiais didáticos como um todo.

As mulheres nos livros didáticos de Sociologia

Os dois livros apresentaram números significativos de menções a mulheres. O livro *Sociologia para Jovens do Século XXI* (referido doravante como SJS) apresentou 150 menções às mulheres no seu texto. O livro *Sociologia em Movimento* (SM) apresentou 65 menções textuais. No entanto, muitas dessas mulheres tiveram seus nomes repetidos ao longo da obra. Sendo assim, ao se descontar as repetições, o número real de indivíduos é menor, sendo 91 no SJS e 34 no SM. As menções textuais são numerosas, mas os registros visuais são mais escassos. Das mulheres nominadas (ou seja, sujeitos para além do caráter ilustrativo), foram observadas 9 fotos de mulheres no SJS e 12 no SM.

¹ Disponível em <https://www.wordclouds.com>

Entretanto, os números por si só já apontam para uma maior representação das mulheres se comparados aos números dos livros didáticos de disciplinas de ciências da natureza e da terra, como Biologia, Física e Química. Nestas publicações, a Biologia apresenta maior número de mulheres citadas. Lara e Abreu (2022) constataram até 12 menções, mas chegam a 30, a depender da coleção analisada. Fotos de mulheres nesses livros foram apenas 2, uma em cada coleção. Números ainda mais baixos de menções textuais, como cinco e sete, foram relatados para as coleções de Ensino Médio das disciplinas de Química e Física, respectivamente (Andrade, *et al.*, 2022). A baixa representatividade de mulheres nos livros de ciências já havia sido constatada anteriormente nos livros didáticos do sexto ao nono ano (Gonçalves *et al.*, 2019). Esses dados são fruto de um legado histórico do patriarcado que exclui e silencia mulheres nos ambientes acadêmicos ou, ainda, suprime seus trabalhos. O menor acesso das mulheres às carreiras das áreas STEM (acrônimo do inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) dificultam a ascensão profissional, revelando-se no aspecto vertical da segregação das mulheres no ambiente de trabalho, o “teto de vidro” (Olinto, 2011), o que resulta em poucas mulheres pesquisadoras, chefes de departamento e, por fim, poucas mulheres que chegam a se tornarem referências nas suas áreas de atuação. O mesmo teto de vidro é conhecido também na Sociologia, porém, este vem sendo denunciado e estudado há mais tempo. Rossi (1970) já demonstrava em seu estudo sobre as mulheres na sociologia em universidades dos Estados Unidos uma sub-representação progressiva de mulheres desde a graduação (43%), momento em que a razão numérica entre gêneros ainda é quase equivalente, até que a distância cresce nos cargos de professor adjunto (4%) e cátedra (1%). Davenport e Snyder (1995) ofereceram uma perspectiva que ajuda a explicar esse fenômeno, ao constatar que as citações nas pesquisas do campo de sociologia são severamente enviesadas por gênero: homens citaram 72% mais homens que mulheres. Na época, a Associação Americana de Sociologia apresentava uma proporção de 60% de membros homens e 40% de mulheres, o que não explica o viés puramente por estatística, mas sim por discriminação. Atualmente, no Brasil, a proporção de mulheres como docentes na área das Ciências Sociais nas universidades e nos programas de fomento, e como Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é menos assimétrica, porém não igual. Em 2022, 44,6% dos bolsistas PQ eram mulheres, e 55,4% homens (Oliveira *et al.*, 2022), refletindo o cenário dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, que apresentam 53% de docentes homens (Cândido *et al.*, 2019).

Os números de proporção entre homens e mulheres é apenas parte da assimetria. Quando olhamos para o marcador de raça, a questão se aprofunda. Nos livros de Sociologia analisados, ambos apresentaram uma maioria descomunal de mulheres brancas (89,2% em SJS e 79,4% em SM). Mulheres negras (pretas e pardas) estavam presentes em menor proporção (10,8% em SJS e 11,8% em SM). O livro SM trouxe referências asiáticas e amarelas: a filósofa e ativista ambiental indiana Vandana Shiva, a ex-primeira-ministra paquistanesa Benazir Bhutto e a filósofa brasileira Helena Hirata. Nenhuma mulher indígena foi nominalmente apresentada. Mulheres indígenas aparecem em ambos os livros,

mas como representantes das etnias às quais pertencem e como elementos figurativos, não como sujeitos que contribuem para o constructo teórico.

Embora mais mulheres negras tenham adentrado as universidades na última década, a baixa frequência de seus nomes nos materiais acadêmicos é evidente. Kaldwell (2010) analisa algumas das dificuldades enfrentadas por mulheres negras na academia, como o estigma da inteligência inferior, fruto da sociedade racista e das centenas de anos de discriminação dos negros, combinada com uma prática misógina, que ameaça a legitimidade dos estudos dessas mulheres frente à comunidade acadêmica. Kaldwell defende a importância de reconhecimento das publicações de feministas negras brasileiras, que, em suas palavras, “compartilham seu tempo entre a militância e a academia como formas de produção intelectual” (Kaldwell, 2010:25). Entre as mulheres de diferentes áreas de atuação que a antropóloga estadunidense cita como fundamentais na construção de pensamento e teoria do feminismo negro no Brasil, estão Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairos e Fátima Oliveira. Destas, somente Lélia Gonzalez é citada nos livros analisados neste trabalho. Pinn (2019) destaca como a tradição historiográfica moderna ocidental promoveu a invisibilidade e o afastamento da população negra do fazer historiográfico, e, ao fazer isso, debate a anulação de Beatriz Nascimento como agente de conhecimento no cenário acadêmico. A autora afirma: “à não presença das mulheres negras no ambiente acadêmico soma-se, ainda, a ausência de atenção à sua agência histórica nos eventos” (Pinn, 2019:144). A população negra, em 2015, representava apenas 12,8% dos discentes de nível superior, e embora mulheres negras sejam maioria nesse recorte, permanecem minoritárias como docentes e bolsistas PQ (IBGE, 2016; CNPq, 2015). Sendo assim, os livros didáticos de Sociologia analisados neste trabalho são resultantes da prática patriarcal, colonial e racista que fundamenta a construção da sociedade ocidental. Não que sejam direta e especificamente colaboradores dessa agenda, mas refletem os frutos sociais desse contexto.

No que concerne à origem geográfica, a maior parte das mulheres de ambos os livros analisados é sul-americana (mais de 50% nos dois casos). Isso pode ser parcialmente explicado pelas menções da categoria “referências”, mulheres cujos trabalhos compõem e complementam o conteúdo abordado a cada capítulo nos livros. Trabalhos acadêmicos de professoras de instituições de ensino superior brasileiras são usados como referência nos textos, e as autoras destes trabalhos contribuem para essa parcela. Como exemplo, podemos citar um texto que referencia uma estudiosa brasileira no livro SJS: “Ainda segundo a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto (2010), no Brasil ‘a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto’ (p. 15-16)” (p. 343). Outro exemplo, ainda no livro SJS, menciona uma cientista matemática em uma proposição de atividade: “Gelsa Knijnik (1996) investigou a etnomatemática de um grupo de assentados do Movimento dos Sem-Terra (MST), no Rio Grande do Sul, e analisou dois métodos populares de cubação da terra usados por esse grupo” (pág. 422). Há vários exemplos de pesquisadoras mais conhecidas, como Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro. Menções como essas, que se aproximam das pesquisadoras locais, se acumulam no texto e contribuem para a maior porcentagem de sul-americanas no texto.

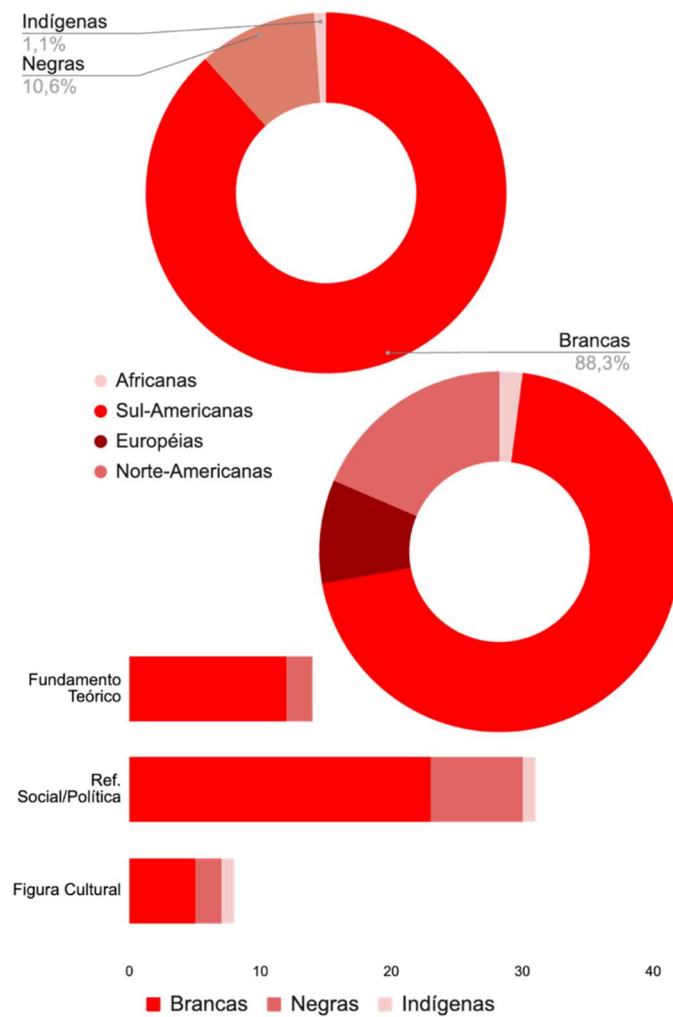
Em seguida, a origem geográfica mais frequente é a norte-americana, que compreende mulheres estadunidenses e canadenses encontradas nos livros. Entre essas, mulheres que se tornaram referências mundiais nos seus campos de estudo são reconhecidas. Nomes de pensadoras como Joan Scott, Judith Butler, bell hooks e Angela Davis estão presentes em ambos os livros. Por outro lado, há especificidades, por exemplo, a escritora e ativista feminista Kate Millet aparece somente no SJS, enquanto a antropóloga Margaret Mead, grande pesquisadora da escola culturalista, consta apenas no SM. Importante notar que tanto na categoria sul-americana quanto na norte-americana ocorrem mulheres brancas (maioria), mas também negras. No entanto, as mulheres europeias citadas são todas brancas. Dentre elas estão nomes bastante conhecidos a partir de sua participação histórica, como as filósofas Rosa Luxemburgo e Simone de Beauvoir, a política britânica Margaret Thatcher e a feminista Olympe de Gouges. Há somente uma mulher originária da Oceania, a cientista social australiana Raewyn Connell. Os livros referem-se também a três mulheres asiáticas, conforme explicado anteriormente. Do continente africano, somente duas mulheres têm espaço, ambas no livro SJS, a economista Anna Kajumulo Tibaijuka, nascida em Tanganica, e a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Os dados discutidos nessa seção podem ser visualizados nas Figuras 1 e 2.

Muitas mulheres são citadas e referenciadas, mas para entender com mais profundidade a extensão da relevância da presença nos livros, fizemos a categorização da natureza da participação e separamos essas categorias pelo índice racial. Como a maioria das mulheres que aparecem nos dois livros são brancas, essa também será a raça que mais aparece em todas as categorias. Porém, algumas nuances são interessantes de notar. Embora haja mulheres negras citadas em ambos os livros (10 no SJS e 4 no SM), a participação delas na categoria “referência social/política” é maior do que na categoria “fundamento teórico”. No SJS, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro compõem a construção do conteúdo do texto, enquanto no SM, Lélia Gonzalez e bell hooks exercem esse papel, apresentando, inclusive, fotos com quadro informativo sobre seu trabalho. As demais citadas aparecem em menções pontuais ou textos de proposição de atividades. A proporção de presença negra na categoria “referência social/política” é mais representativa. Essas mulheres foram (e são) intelectuais que pensaram cultura e sociedade a partir de seus corpos racializados, da perspectiva de pessoas negras em sociedades estruturadas no racismo. Lélia Gonzalez é citada pela noção da identidade étnica “americana”, que se estende pelas dinâmicas sociais, e por sua contribuição à interseccionalidade (Gonzalez, 2020), perspectiva pela qual bell hooks também é trazida ao texto, especialmente pelo que tange a luta pela educação (hooks, 2017). Djamila Ribeiro contribui com a crítica à “mulher universal”, reivindicando lutas específicas relativas à raça, classe e sexualidade (Ribeiro, 2019). Essas mulheres constroem, ao longo da narrativa, o entendimento das origens, demandas e do conceito do feminismo negro. Dessa forma, seu papel nos livros é duplo: fazem parte dos fundamentos teóricos e são referências sociais/políticas, uma vez que o texto trata dos movimentos sociais. Ao nome delas, somam-se Angela Davis, Chimamanda Ngozi Adichie e Carolina Maria de Jesus como referências sociais/políticas. Angela Davis é lembrada por sua liderança no grupo Panteras Negras (menção única pontual), Chimamanda por seu apoio à causa feminista através de suas obras literárias e Carolina

Maria de Jesus pelas denúncias sociais do seu livro *Quarto de Despejo*, embora tenha aparecido no SM somente em uma coluna lateral da página, ao lado de um quadro que destaca o pesquisador branco Octavio Ianni.

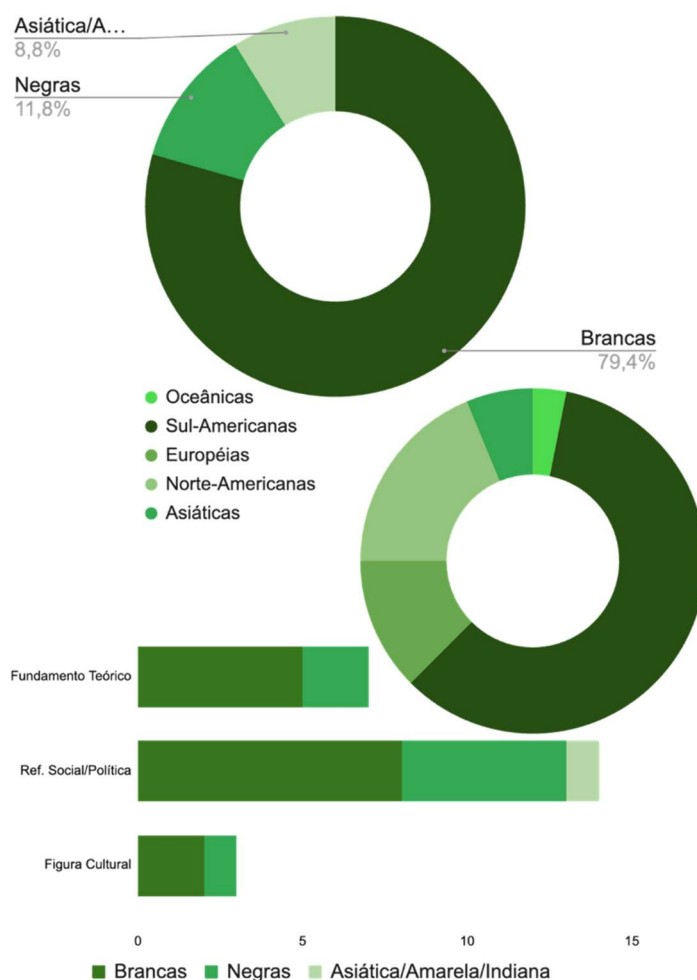
A construção da subjetividade a partir da racialização dos corpos pode ajudar a entender a razão pela qual essas filósofas, pesquisadoras e intelectuais estejam mais fortemente ligadas a uma categoria de ativismo político e social. São pessoas racializadas, e a raça está subjacente às relações sociais, nas quais o racismo é anterior, ou seja, o racismo - estrutural - contribuiu para a constituição dos seus sujeitos, como argumenta Silvio Almeida (2019). Dessa forma, essas mulheres trazem consigo e na sua produção acadêmica a sua vivência enquanto sujeitos sociais. As “figuras culturais” negras também carregam bandeiras da militância. A cantora Beyoncé e a escritora Chimamanda Ngozi Adichie são exemplos da categoria. Vandana Shiva, filósofa e ambientalista indiana, é apresentada também de forma dupla, fazendo parte do arcabouço teórico e sendo referência social/política do capítulo com sua crítica ao consumismo capitalista e ao materialismo ocidental. As mulheres mencionadas nos dois livros foram prioritariamente apresentadas por sua ocupação e/ou formação, seguida de seu nome e, por vezes, da nacionalidade - por exemplo, “pedagoga americana”, “filósofa brasileira”, “escritora nigeriana”. A alusão a “intelectual” ou “pensadora” foi frequente, bem como a “liderança”. Esse ponto é importante ao demonstrar a centralidade da mulher no contexto que ela ocupa, sem ser apresentada como adjacente a outro protagonista, em geral, um homem, como já foi demonstrado anteriormente nos livros de Biologia (Lara & Abreu, 2022).

Figura 1. Classificação de raça e origem geográfica das mulheres presentes no livro Sociologia para Jovens do Século XXI, da Editora Imperial Novo Milênio (Oliveira, Costa, 2016), e categorização quanto à natureza da menção



Fonte: autores/as.

Figura 2. Classificação de raça e origem geográfica das mulheres presentes no livro *Sociologia em Movimento*, da Editora Moderna, 2ª edição (Silva et al., 2016), e categorização quanto à natureza da menção



Fonte: autores/as.

A Figura 3 expõe os nomes das mulheres em uma nuvem de palavras, na qual nomes citados com maior frequência ganham maior destaque. Nota-se a discrepância na quantidade de nomes de mulheres entre os dois livros. A obra SJS tem mais que o dobro de nomes femininos do que o SM. Entretanto, a quantidade não repercute na diversidade dos nomes apresentados. O livro SM apresentou mulheres de origem asiática e uma maior proporção de negras. Além disso, o livro apresentou o nome de mulheres transsexuais, ao mencionar Mônica Helms, criadora da bandeira do orgulho transgênero, e Laerte, cartunista brasileira, que teve, inclusive, sua foto em destaque na página. Laerte aparece no livro SJS somente nos créditos de suas tirinhas, como fonte, não como sujeito.

Chamam a atenção também os nomes mais frequentes em cada caso. Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista brasileira, se destaca no SJS. Isso se explica pela sua contribuição aos capítulos que tratam do espaço urbano, largamente baseados na sua obra. Ambos os livros destacam a participação de Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil. Essa presença se deu não somente na narrativa do contexto histórico da política nacional, mas também no

Figura 3. Gráficos de nuvens de palavras com nomes das mulheres citadas nos dois livros. À esquerda, o livro Sociologia para Jovens do Século XXI, e à direita, Sociologia em Movimento. Palavras maiores representam maior frequência no texto



Pode uma mulher falar?

Simbiótica. Revista Eletrônica, v. 11, n. 2, pp. 52-68

A parcial circunscrição das mulheres nesses capítulos leva ao questionamento se, embora citadas nos livros, as mulheres são agentes da construção teórica desses livros ou se o espaço destinado a elas se restringe a tratar distintivamente de assuntos de gênero. É possível questionar, por exemplo, a ausência da filósofa Hannah Arendt, cientista política alemã, e da historiadora Beatriz Nascimento, ou, ainda, questionar a razão pela qual Angela Davis aparece apenas pontualmente. É razoável pensar que esse espaço das mulheres nos livros esteja ligado a estereótipos sociais, ainda que seja resguardada a sua importância. Cabe refletir sobre as ideias propostas por Spivak (2010):

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (Spivak, 2010:126).

Os livros analisados foram publicados em 2016, e são resultado de um tempo de escrita certamente anterior. Nesse momento, a quarta onda² do feminismo já estava em andamento, mas sua explosão nas redes sociais ainda era um fenômeno recente. O ciberfeminismo que se instalou desde então tem causado uma mobilização maior no que diz respeito ao reconhecimento das demarcações patriarcais em diversos ambientes, entre eles nas universidades, na academia, nas práticas científicas e intelectuais. O questionamento da ciência eurocêntrica hegemônica ganhou espaço na academia, e a decolonialidade emergiu nos debates, tornando-se incontornável nos estudos contemporâneos da sociologia e antropologia. Os termos “decolonial” e “decolonialidade” ainda não aparecem nos livros analisados. Fanon (2008) afirma que a colonialidade se manifesta em três dimensões: do ser, do saber e do poder. O poder, na lógica eurocêntrica colonial, se consolidou de forma mais eficaz provocando o epistemicídio dos saberes que logrou jogar à margem. Os livros didáticos, bem como quaisquer materiais de uso escolar, ou pautas de conteúdos programáticos, devem levar em conta o aspecto da colonização dos saberes para que seja possível, para usar um termo de Antônio Bispo dos Santos (2023), contracolonizar. Pinheiro (2019), é enfática ao afirmar que:

É preciso educar a juventude mostrando narrativas diversas e decoloniais dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram. Basta de uma narrativa histórica eurocêntrica que reduz a existência ancestral de outros povos ao abismo do esquecimento e coloca a Europa no topo do progresso e das civilizações (Pinheiro, 2019: 331).

Dessa forma, é preciso refletir sobre a composição do conjunto referencial dos livros de sociologia. O livro didático é um artefato cultural que produz discursos e ajuda a construir identidades. Pode-se entendê-lo como participante do processo de socialização dos sujeitos, estando cotidianamente na sua experiência. Os livros ajudam a construir os

² A quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano surge após 2010 e é caracterizada pela forte presença digital das redes sociais e recursos cibernéticos, uma era de mobilização massiva online. Além disso, a formação de coletivos e a interseccionalidade compõem o movimento, que reivindica feminismos plurais. Autoras como Heloísa Buarque de Holanda e Daniela Rocha Drummond têm utilizado o termo, que se popularizou na última década.

significados atribuídos ao mundo e à sociedade, e os elementos que o compõem podem atuar como estratégia político-discursiva de resistência.

Considerações finais

Os livros didáticos de Sociologia analisados nesse trabalho demonstraram um repertório significativo de mulheres nominadas na obra. Os números de menções textuais e de registros fotográficos superam largamente a representação do gênero feminino em livros didáticos de ciências naturais. Embora as mulheres estejam presentes, alguns pontos puderam ser demarcados e devem ser considerados para o aperfeiçoamento de edições futuras, no que diz respeito às questões feministas de gênero. A baixa representação de mulheres negras e a ausência completa de mulheres indígenas é um ponto importante. Da mesma forma, a escassez de autoras africanas e asiáticas, ou do sul global, de forma generalizada, também tem sua pertinência. Por fim, a circunscrição da maioria das mulheres a um só conteúdo - o debate sobre gênero e os movimentos sociais feministas - também impõe o questionamento: pode uma mulher falar (sobre os outros assuntos)? A sociologia, enquanto ciência que debate a própria sociedade e expõe as questões estruturantes da comunidade para os jovens estudantes a fim de provocar a reflexão e senso crítico, deve se preocupar com os materiais didáticos dos quais dispõe, uma vez que estes são instrumentos políticos de formação de indivíduos.


Referências

- Almeida, Silvio. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo, Pólen.
- Andrade, Anna B.F., Bueno, Natália, Lara, Camila C. (2022) “Onde estão as mulheres nos livros didáticos de ciências?” *Anais do IV Seminário sobre gênero: “Interfaces da opressão patriarcal”*. Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, Campus Paranavaí. Paranavaí.
- Bogdan, Robert. C; Biklen, Sari. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal, Porto Editora.
- Bispo dos Santos, Antônio. (2023) *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, Ubu Editora/Piseagrama.
- Candido, Márcia. R; Feres Júnior, João; Campos, Luiz.A. (2019) “Desigualdade na elite da ciência política brasileira”. *Civitas*, v. 19, n. 3, pp. 564-583. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488>
- Choppin, Alain. (2004). “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.” *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n. 3, pp. 549-566. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/>
- CNPq. (2015). AEI, microdados, elaboração própria. Parte II – “As negras e os negros nas bolsas de formação e de pesquisa do CNPq.” [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/66f3ea48-f292-4165-bf7b-8d630bdc8f9f>
- Davenport, Elisabeth; Snyder, Hebert. (1995). “Who cites women? WHom do women cite? An exploration of gender and scholarly citation in sociology”. *Journal of Documentation*, v. 51, n. 4, pp. 404 - 410. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb026958/full/html>
- Fanon, Franz. (1979). *Os Condenados da Terra* (2º ed). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Fonseca, Thais. L. (1999). "O livro didático de História: Lugar de memória e formador de identidades", in *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*, São Paulo, Humanitas, FFLCH, ANPUH.
- Gonçalves, Vanessa O.; Gonzaga, Kézia. R; Passini, Frederico; Gatinho, Malena. M; Carvalho, Plauto. S. (2019). "A invisibilidade das mulheres na história da ciência: estudo de caso dos livros didáticos do sexto ao nono ano". *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 9, pp. 15463-15485. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3277/3141>
- Gonzalez, Lélia. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro, Zahar.
- Haraway, Donna. (1995). "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 07-41. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- hooks, bell. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Kaldwell, Kia L. (2010). "A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil". *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, pp. 18-27. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/11/304-1-567-1-10-20170410.pdf>
- Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. São Paulo, Cobogó.
- Lara, Camila C.; Abreu, Gabrielen S. (2022). "As mulheres nos livros didáticos de Ensino Médio: Avanços e Desafios de Representatividade". *Revista Ensino UFMS*, v. 3, n. 7, pp. 65-85. [Consult. 06.05.2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/16718>
- Ludke, Menga; André, Marli. E. D. A. (1986). "Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso", in *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU.
- Núñez Isauro. B; Ramalho, L. Betânia; Silva, Ilka. K. P. Da; Campos, Ana. P. N. (2003). "A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de Ciências." *Revista Iberoamericana De Educación*, v. 33, n. 1, pp. 1-11. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2889>
- Olinto, Gilda. (2011) A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v.5, n.1, pp. 68-77. [Consultado em: 06.05.2024] disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>
- Oliveira, Amurabi; Melo, Marina F.; Pequeno, Mayres; Rodrigues, Quemuel. B. (2022). "O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia". *Sociologias*, v. 24, n. 59, pp. 170-198. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/4FKfPny7YPRhrRqHrSPcg6n/?format=pdf>
- Oliveira, Luiz F.; Costa, Ricardo C.R. (2016). *Sociologia para Jovens do Século XXI*, Volume Único, 4ª ed., Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio.
- Pinheiro, Bárbara C. S. (2019). "Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações ÉtnicoRaciais". *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 19, pp. 329-344. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139>

- Pinn, Maria L. G. (2019). “Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais.” *Aedos*, v. 11, n. 25, pp. 140-156. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/96888>
- Ribeiro, Djamilia. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen.
- Rossi, Alice. (1970). “Status of Women in Graduate Departments of Sociology”, 1968-1969. *The American Sociologist*, v. 5, n. 1, pp. 1-12. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/27701569>
- Sepúlveda, Humberto A. A. (2021). “Representaciones discursivas de las mujeres en la historia escolar chilena (1810-2017)”. *Revista Brasileira de Educação*, v.26, pp.1-25. [Consult. 06-05-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260039>
- Silva, Afrânio; Loureiro, Bruno; Miranda, Cássia; Ferreira, Fátima; Ferreira, Lier P.; Serrano, Marcela M.; Araújo, Marcelo; Costa, Marcelo; Nogueira, Martha; Oliveira Otair F.; Menezes, Paula; Corrêa, Rafael M. C.; Pain, Rodrigo; Lima Rogério; Bukowitz, Tatiana; Esteves, Thiago; Pires, Vinícius M. (2016). *Sociologia em movimento*, 2ª ed., São Paulo, Moderna.
- Spivak, Gayatri C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Tommasselli, Guilherme C. G. (2018). *Escola sem Partido: Indícios de uma educação autoritária*. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente. 199p.

Camila Clozato Lara

 <https://orcid.org/0000-0003-0461-0589>
 <https://lattes.cnpq.br/2587486620225425>



Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo, Brasil. Docente no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí. O estudo recebeu recursos da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPR (PIAP/DIPE). E-mail: camila.lara@ifpr.edu.br

Maria Rita Balena Zani

 <https://orcid.org/0009-0001-9424-9880>
 <https://lattes.cnpq.br/9770062473287499>

Acadêmica do Curso Técnico em Mecatrônica, do Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Jr – IFPR/CNPq). E-mail: balenazanimaria@gmail.com

Ryan Marques Pereira Nunes

 <https://orcid.org/0009-0003-8243-6923?lang=en>
 <https://lattes.cnpq.br/3271869405852211>

Acadêmico do Curso Técnico em Mecatrônica, do Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí. Foi bolsista do Programa Institucional de Direitos Humanos (PIDH). E-mail: ryanmarquespnunes@gmail.com